ISSN Eletrônico: 1984-0187
ISSN Impresso: 1518-5648

https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.29.25762.052

Resenha do livro "Ensino Médio Personnalité: prestidigitações do capital na educação pública" de Tiago Barreiros de Freias

Review of the book "*Personnalité* High School: Sleight of Hand of Capital in Public Education" by Tiago Barreiros de Freitas

Reseña del libro "Educación Secundaria Personnalité: prestidigitaciones del capital en la educación pública" de Tiago Barreiros de Freitas

Nathan Belcavello de Oliveira[1]
https://orcid.org/0000-0002-5588-3694

Tiago Barreiros de Freitas (2023) apresenta seu livro, *Ensino Médio Personnalité: prestidigitações do capital na educação pública*, a partir de sua dissertação homônima defendida em 2022. Trata-se de uma redação muito bem elaborada, que leva a pessoa que lê a se envolver com a argumentação e compreender a análise elaborada pelo autor. Serão consideradas as grandes partes para esta resenha. Adicionalmente, ao final da resenha, como contribuição, serão tecidas algumas considerações acerca das recentes alterações empreendidas pela Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024a), denominada pelo Ministério da Educação de *Política Nacional do Ensino Médio* (Brasil, [2024]b), realizadas após a publicação do livro.

Introdução

Freitas (2023) inicia seu livro situando o Ensino Médio no Brasil como um "crônico problema por resolver", um palco histórico de disputas de projetos educacionais. A Reforma do Ensino Médio

[1] Estudante do Mestrado Profissional em Ensino de Geografia em Rede Nacional (PROFGEO), no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Riacho Fundo (IFB Riacho Fundo). Professor de Educação Básica em Geografia do Magistério Público do Distrito Federal, atuando no Centro de Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul (CESAS), em Brasília, Distrito Federal. Correios eletrônicos: nathan58593@estudante.ifb.edu.br | nathan.belcavello@edu.se.df.gov.br | nathan@belcavello.com.br

(REM), instituída pela Medida Provisória nº 746, de 2016 (convertida na Lei nº 13.415, de 2017) no Governo de Michel Temer, é apresentada não como uma novidade, mas como o capítulo mais recente de um longo processo. O autor argumenta que, sob uma nova roupagem, a REM reitera um projeto antigo da classe dominante: negar às filhas e aos filhos da classe trabalhadora uma Educação pública, universal, gratuita e de qualidade. A justificativa do governo para a REM – a necessidade de modernizar uma etapa educacional defasada e pouco atraente – é desmontada, revelando-se uma continuação de argumentos historicamente usados para segmentar a trajetória escolar dos jovens, direcionando a maioria à formação utilitária e docilizante, em oposição à formação crítica e propedêutica para uma minoria.

Capítulo 1. Antecedentes da Reforma do Ensino Médio

Neste capítulo Freitas (2023) demonstra que a REM de 2017 não é um evento isolado, mas o ponto de chegada de um ideário gestado desde a década de 1990. O autor rastreia as propostas de reestruturação que atravessaram governos de diferentes matizes político-ideológicas:

- **Década de 1990 (Governo FHC)**: os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio (PCN-EM) já propunham um currículo baseado em "competências básicas" para inserção na vida adulta e no trabalho, enfraquecendo a organização disciplinar e promovendo a ideia de "protagonismo juvenil". A Reforma da Educação Profissional (Decreto nº 2.208, de 1997) separou por completo o Ensino Técnico do Médio, esvaziando o sentido de uma formação unitária.
- **Década de 2000 (Governos Lula e Dilma)**: de início com um discurso favorável a um Ensino Médio unitário e politécnico, integrando trabalho, ciência e cultura. Mas, efetivamente, com políticas como o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), que mantiveram grande continuidade com a agenda anterior, focando na flexibilidade curricular e no protagonismo juvenil, abrindo espaço para a atuação de institutos privados. O Projeto de Lei nº 6.840, de 2013, do Governo Dilma, continha elementos estruturais muito similares à futura Lei da REM.

O autor considera que, mesmo com mudanças de governo, persistiu a narrativa do capital humano e a segmentação educacional, sendo a edição da REM via Medida Provisória de Temer interpretada como ato autoritário para acelerar a implantação de um projeto neoliberal de Estado, do qual a REM foi protagonista.

Capítulo 2. Relações entre o público e o privado na Educação Básica

Aqui o autor analisa o aprofundamento das relações público-privadas na Educação, um processo intensificado a partir dos anos 1990. Descreve-se as estratégias de "privatização oculta" da

Educação pública, ocorrendo de duas maneiras principais: (i) **privatização endógena**: adoção de modelos e práticas de gestão típicos do setor privado dentro da escola pública; e (ii) **privatização exógena**: participação direta de entidades privadas na elaboração e entrega de serviços educacionais públicos.

Freitas (2023) destaca o papel de entidades empresariais (como *Todos pela Educação*, *Instituto Ayrton Senna* e *Instituto de Corresponsabilidade pela Educação*) como protagonistas na definição da agenda educacional. Essas organizações, financiadas pelo grande capital, atuam por meio de parcerias que vão desde a venda de sistemas de ensino apostilados até a gestão de escolas em tempo integral. A REM é vista como a consolidação e expansão desse processo, criando dispositivos que facilitam parcerias com o setor privado para realizar itinerários formativos; incluindo o itinerário de formação técnica no Fundeb, fragmentando recursos já insuficientes; e permitindo que "vivências práticas de trabalho" no setor produtivo passem como carga horária curricular, confundindo trabalho com ensino.

O "protagonismo juvenil", central no discurso do *Instituto Ayrton Senna*, é criticado como mecanismo ideológico que, sob a aparência de empoderamento, formata a subjetividade do jovem para a adaptação, o empreendedorismo de si mesmo e a aceitação das incertezas do mercado de trabalho.

Capítulo 3. O currículo na Reforma do Ensino Médio

Este capítulo é central e merece detalhamento. Freitas (2023) desmonta a estrutura curricular da REM, mostrando como opera uma dupla prestidigitação (ou seja, técnica ilusionista para enganar o espectador com truques que necessitam de agilidade): (i) promete protagonismo ao estudante, mas, na verdade, concede flexibilidade aos sistemas de ensino e ao mercado; e (ii) promete modernidade, mas esvazia o conteúdo da formação.

- **Formação Geral Básica (FGB)**: com carga horária máxima de 1.800 horas, é definida pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A REM reduziu drasticamente as disciplinas obrigatórias em todo o Ensino Médio para apenas duas: Língua Portuguesa e Matemática. Componentes como Geografia, Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia perdem o *status* de disciplinas e viram "estudos e práticas", podendo ser oferecidos em projetos interdisciplinares. Isso enfraquece o conhecimento sistematizado e a formação crítica. A BNCC, por sua vez, organiza o currículo por competências e habilidades, aprofundando a superação da organização disciplinar em favor de uma lógica instrumental.
- **Formação Diversificada (Itinerários Formativos)**: é o cerne da "personalização" do ensino. Com a então carga horária ampliada (chegando a 2.400 horas num total de 4.200), é composta por cinco itinerários: quatro áreas do conhecimento (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e

Ciências Humanas) e a Formação Técnica e Profissional. O discurso é de que o estudante poderá escolher com base em seu "projeto de vida". No entanto, Freitas (2023) alerta para as armadilhas:

  - **A ilusão da escolha**: as opções são limitadas pela "possibilidade dos sistemas de ensino". Escolas menores, pobres e/ou periféricas, sem recursos, não poderão oferecer todos os itinerários, recorrendo a parcerias com a iniciativa privada ou oferecendo apenas o técnico-profissional, mais barato.
  - **Indução à profissionalização precoce**: há uma pressão explícita para que a maioria dos estudantes da escola pública opte pelo itinerário técnico-profissional.
  - **Fragmentação e individualização**: a lógica dos itinerários rompe com a ideia de um currículo comum, que constrói uma base cultural sólida e laços de solidariedade, substituindo-a por trajetórias individuais e competitivas.

- **Sistemas de avaliação**: a REM fortalece os sistemas de avaliação em larga escala (como o Ideb e o Pisa), que passam a ditar o currículo. O foco em Português e Matemática reflete diretamente o que é medido nessas avaliações, reduzindo a Educação ao aspecto mensurável e criando um ciclo perverso que responsabiliza docentes e estudantes pelos resultados.
- **Competências socioemocionais**: o autor analisa com profundidade a incorporação das "competências para o século XXI" (como resiliência, empatia, colaboração, entre outras) no currículo, especialmente no componente "projeto de vida", apontando que essas não são neutras; visam moldar um comportamento adequado às demandas do mercado de trabalho flexível e precário. Um indivíduo adaptável, resiliente à frustração, empreendedor de si mesmo e que internaliza a culpa pelo sucesso ou fracasso, isentando o sistema socioeconômico de qualquer responsabilidade.

Capítulo 4. Educação, trabalho e "questões sociais"

Neste capítulo, Freitas (2023) articula a REM com as transformações mais amplas no mundo do trabalho. Partindo da perspectiva marxista, recorda que a tendência histórica do capitalismo é a de desqualificar o trabalho, criando um exército industrial de reserva e postos de trabalho precários. Diante desse cenário, a Educação formal se torna, paradoxalmente, cada vez mais supérflua para a produção, mas, simultaneamente, alça à condição de redentora de todos os males sociais.

O autor analisa como as novas formas de organização do trabalho (flexibilidade, terceirização, empreendedorismo) demandam um novo tipo de controle da subjetividade do trabalhador. As metodologias educativas da "Educação do século XXI", difundidas por Banco Mundial, OCDE, UNESCO e similares, espelham essas demandas. Conceitos como "aprendizagem ao longo da vida" e

os "quatro pilares da Educação" (aprender a conhecer, a fazer, a viver juntos e a ser), do relatório Delors / UNESCO, são ressignificados em uma chave neoliberal. Passam a significar a necessidade de o indivíduo se adaptar constantemente à instabilidade, tornando-se um "empreendedor de si mesmo". A REM, ao promover o protagonismo juvenil, a flexibilidade e as competências socioemocionais, materializa no ambiente escolar as novas estratégias de controle social, preparando os jovens para um mundo de incertezas e não para transformá-lo.

Capítulo 5. Questão da dualidade

No capítulo final, Freitas (2023) debate se a REM representa a volta de um dualismo educacional explícito. Reconhece a dualidade (uma escola para as elites e outra para o povo) como uma marca histórica da Educação brasileira, visível, por exemplo, nas Reformas Capanema (1942), que separavam o Ensino Secundário (propedêutico) do Ensino Técnico (profissional).

No entanto, a dualidade atual é mais complexa e sutil. A universalização do acesso ao Ensino Médio propedêutico nas últimas décadas tornou a segmentação por redes de ensino menos nítida. A nova dualidade não se dá, necessariamente, entre escolas técnicas e regulares, mas no interior do próprio Ensino Médio, por meio dos itinerários formativos. A "escola de pobres" de hoje é caracterizada por uma "inclusão excludente": as filhas e os filhos da classe trabalhadora estão na escola, mas recebem uma formação empobrecida, focada em competências adaptativas, com um currículo esvaziado de conteúdo sólido e crítico, induzidos a escolher uma profissionalização precária, aligeirada e superficial. Já as elites continuam acessando um conhecimento robusto, seja em escolas privadas de alto padrão, seja em nichos da rede pública (como os institutos federais). A REM não retoma simplesmente a velha dualidade, mas a atualiza e aprofunda sob novas bases, mascarando a segregação sob o discurso da escolha e da personalização.

Conclusão

A conclusão sintetiza o argumento central de Freitas (2023): a REM é a consolidação de um projeto de Educação neoliberal, gestado há décadas e capitaneado pelo grande capital brasileiro. Longe de ser uma solução para os problemas crônicos do Ensino Médio, a REM os agrava, aprofundando a privatização, o controle empresarial sobre a escola pública e a segmentação educacional. A promessa de "protagonismo juvenil" e "flexibilidade" se revela um truque que, no fundo, retira dos jovens o direito a uma formação integral e crítica, substituindo-a por uma formação utilitária e adaptativa às demandas de um mercado de trabalho precarizado. O livro termina com um chamado à resistência e à construção coletiva de um projeto educacional alternativo, verdadeiramente democrático e voltado

para os interesses da classe trabalhadora, capaz de colocar o conhecimento e a formação humana no centro do processo educativo, em oposição à lógica do capital.

Contribuição adicional: as alterações recentes da denominada Política Nacional de Ensino Médio e as considerações do livro

A Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024 (Brasil, 2024a), chamada pelo Ministério da Educação de Política Nacional do Ensino Médio (Brasil, [2024]b), responde diretamente a algumas das críticas de Freitas (2023), representando uma inflexão na estrutura curricular. A principal mudança é o aumento da carga horária da FGB de 1.800 para 2.400 horas, restaurando a centralidade das disciplinas tradicionais que haviam sido fragilizadas pela REM. Isso atende à crítica do autor sobre o esvaziamento do conhecimento sistematizado em prol de um currículo flexível e baseado apenas em competências.

No entanto, a estrutura dual com itinerários formativos (agora com mínimo de 600 horas) permanece, mantendo o risco apontado por Freitas (2023) de uma segmentação educacional onde a rede pública, por falta de recursos, só possa oferecer itinerários limitados, induzindo a maioria dos estudantes a uma formação técnica precoce. Embora a oferta de Educação a distância (EAD) tenha sido proibida, as alterações ainda admitem "mediação por tecnologia", deixando uma brecha preocupante. Portanto, a nova Lei avança ao restabelecer a importância da FGB, mas mantém mecanismos que podem perpetuar a dualidade e a lógica de adaptação ao mercado, não resolvendo integralmente as críticas sobre o projeto de subordinação da escola aos interesses do capital.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 14.945, de 31 de julho de 2024**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), a fim de definir diretrizes para o ensino médio, e as Leis nºs 14.818, de 16 de janeiro de 2024, 12.711, de 29 de agosto de 2012, 11.096, de 13 de janeiro de 2005, e 14.640, de 31 de julho de 2023. Brasília, 2024a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/l14945.htm>. Acesso em: 3 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Ensino Médio**. Brasília, [2024]b. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/politica-nacional-ensino-medio>. Acesso em: 3 nov. 2025.

FREITAS, T. B. de. **Ensino Médio *Personnalité***: prestidigitações do capital na educação pública. Rio de Janeiro: Consequência, 2023.

Recebido: 04/11/2025
Aceito: 03/08/2026

Received: 11/04/2025
Accepted: 08/03/2025

Recibido: 04/11/2025
Aceptado: 04/11/2025

CC BY